

# Política externa

■ Carlos Conde

## Tratamento político da dívida externa

*Começa a surgir uma tendência, da qual já é possível captar alguns sinais, de que o tratamento da dívida externa começará a ter um tratamento político. Não estamos falando só da dívida externa brasileira.*

*Alguns sinais dessa tendência puderam ser observados em reuniões internacionais importantes, entre elas a de Williamsburg, a da OCDE e a do Comitê de Desenvolvimento do FMI/BIRD. Dois motivos fundamentais apontam nessa direção: a universalização da dívida e os números graves do seu estoque.*

*Apresentam sintomas claros de endividamento preocupante países dos mais diferentes estágios. Para nos prendermos a alguns exemplos poderíamos citar: no grupo dos ricos, Dinamarca, Bélgica e a própria França; no bloco dos exportadores de petróleo, o México, o Iraque e a Nigéria; na facção dos importadores de petróleo, o Brasil e o Chile. Essa universalização é completada por números que não são rotineiros: até o dia 31 de dezembro de 1981 (essas estatísticas demoram a ser completadas) a dívida total dos países em desenvolvimento era de 650 bilhões de dólares.*

*Um tal quadro quase recomenda que o diálogo a respeito de dívida externa não mais seja mantido apenas entre governos e bancos privados, mas de governo a governo. Em certo sentido, isso é o que está ocorrendo em relação ao "papagaio" de 400 milhões de dólares que o Brasil deve ao BIS, da Basiléia. O BIS sai do palco e nele ingressa, assumindo diretamente a dívida brasileira, os Bancos Centrais dos países credores. Só que essa operação está sendo feita um pouco a posteriori. Com o tratamento político da dívida externa alguns governos tomariam a iniciativa de se tornarem co-responsáveis, como credores.*

*Acentua-se, também, a idéia de que deve existir uma relação indisfarçável entre dívida e comércio. Os países em desenvolvimento, sobretudo, estão dizendo que teriam muito prazer em pagar os respectivos débitos, mas para isso precisariam colocar seus produtos nos mercados das nações ricas e com o lucro auferido eliminariam sua dívida. A Grã-Bretanha, em algum momento após a 2ª Guerra Mundial, resolveu não pagar uma dívida, estabelecendo vinculação direta entre dívida e dificuldades comerciais. Uma situação na qual os países se colocariam não como caloteiros, pura e simplesmente, mas como devedores que têm a intenção de pagar e*

*não podem, geralmente porque os próprios credores lhes dificultam as condições de caixa, não comprando seus produtos. É curioso comparar esse dado histórico com o anunciado desejo da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, de que o Brasil deveria receber uma lição.*

*A tendência de um tratamento político da dívida externa, que por ora apenas se esboça, mobilizaria diretamente para essa área a colaboração e os esforços do Itamaraty, órgão tecnicamente adequado do governo brasileiro para manter o diálogo diplomático com todos os parceiros do País. Até agora, para não fugir às suas prerrogativas e invadir as alheias, a chancelaria tem-se mantido no acompanhamento atento mas discreto da dívida externa e suas implicações. Mas é evidente que se preocupa com o assunto, na medida em que seus reflexos caem diretamente na área de atuação específica do Itamaraty.*

*O ingresso da chancelaria no setor da dívida externa dependeria de um desejo explícito da Presidência da República e se justificaria por causa das eventuais negociações governo a governo. O Itamaraty tem acumulado experiência na abertura de caminhos políticos para, a passagem mansa e pacífica de temas que não lhe dizem respeito, de forma direta. Isso ocorreu, por exemplo, durante várias etapas da crise do petróleo. O ex-ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, costumava dizer que "hoje você não compra petróleo acumulando dinheiro, mas fazendo política". Eram os tempos de mercado de vendedor. Agora, como se sabe, o mercado é de comprador.*

*Na ocasião, o Itamaraty acionou suas amizades ao redor do mundo para assegurar o fornecimento contínuo de petróleo ao Brasil, e em condições de pagamento aceitáveis, quando muitos países não conseguiam sequer garantir as compras. Afigura-se agora uma perspectiva semelhante, embora para o trato de um assunto bem mais complexo.*

*A participação direta de governos estrangeiros em transações que tenham a ver com a dívida externa deste país levanta desde logo dúvidas sobre as posições ou, pelo menos, sobre as ênfases da atual política externa brasileira. Haverá sempre a tentação, além mares, de confundir as duas coisas, procurando mudar a segunda para favorecer a primeira.*

*Dois argumentos oficiais têm sido muito citados para garantir a inviolabilidade dessa diplomacia, pelo menos no que se refere aos percalços da dívida externa. O primeiro, de que o peso internacional do Brasil é ainda relativo para que sua adesão possa mudar substancialmente os rumos das crises regionais. O segundo, de que a dívida brasileira está dividida por diversos países. O que, em tese pelo menos, diversificaria as pressões.*